

16.fevereiro.2016 – 17h30

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

**Entidade:** [Conselho das Escolas](#)

Professor José Eduardo Lemos (Presidente do Conselho)

**Recebidos por:** [Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação](#): Deputados Susana Amador (PS, Coordenadora), Maria Germana Rocha (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Joana Mortágua (BE), Abel Baptista (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP).

**Assunto:** Transferência de competências para os municípios na área da Educação.

**Exposição:** A Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho, agradeceu a disponibilidade do Presidente do Conselho de Escolas, enquadrando a atividade do Grupo de Trabalho e referiu que o Conselho já tinha manifestado a sua posição através do [Parecer n.º 1/2015 – Programa “Aproximar a Educação”](#), tendo evidenciado das conclusões do mesmo, em síntese, a necessidade de clarificação dos conceitos, de reforçar a autonomia das escolas e de garantir a estabilidade dos agentes educativos. Pediu depois que concretizasse a posição atual, tendo em conta a execução dos 15 contratos interadministrativos celebrados com municípios.

O Presidente do Conselho das Escolas confirmou que aquela entidade se tinha pronunciado há um ano e realçou que os contratos interadministrativos com os municípios estavam a funcionar desde setembro de 2015, ainda sendo cedo para se fazer o balanço da sua execução, pelo que não tinha muito a adiantar em relação ao parecer do ano passado.

Acrescentou que o parecer tinha sido negativo e defendido que se houvesse uma posição contrária do Conselho Geral da escola não devia ser celebrado contrato, o que não tinha sido aceite. Entendiam que o processo gerava mais burocracia, uma 2.ª tutela das escolas e algum conflito, desinstitucionalização da escola, era contrário à diferenciação das escolas, havendo menor diversidade de oferta das mesmas, permitia a hipótese de as autarquias subcontratarem serviços e originava a perda de autonomia das escolas, nomeadamente a nível da gestão de receitas e despesas.

Referiu depois que não podia fazer o balanço do que estava a acontecer nas escolas com contratos, tendo, no entanto, informações de que a sujeição do pessoal não docente ao município permitia mais facilmente o acréscimo de pessoal e a movimentação de pessoal entre as escolas.

Por último, salientou o esvaziamento do conselho administrativo das escolas e as hipóteses de dificuldade de relacionamento dos órgãos da escola com a autarquia.

Interveio depois a Deputada Maria Germana de Sousa (PSD), perguntando se a diminuição da autonomia da escola a nível financeiro não libertava mais tempo para a componente pedagógica e se a gestão do pessoal não docente mais direta e casuística, para definição do perfil do trabalhador, tinha melhorado. Por último, pediu a posição sobre o alargamento até ao 9.º ano das atividades de enriquecimento do currículo.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) concordou que o tempo de execução dos contratos ainda era curto e realçou que para o PS os aspetos pedagógicos e a colocação de professores não deviam ser descentralizados. Propôs depois uma avaliação mais alargada aos contratos de 2009 e aos atuais, para reponderação. A terminar, referiu que a gestão do pessoal não docente já era feita pelos municípios nos contratos de 2009, em articulação com o diretor da escola e pediu mais desenvolvimento sobre a matéria.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que ainda não havia muita matéria, mantendo-se a posição inicial do Grupo Parlamentar do BE, no sentido de os riscos e as desvantagens da “municipalização” poderem ser superiores às vantagens, realçando o risco de quebra na responsabilidade do Estado em relação à Educação, que se devia manter centralizada. Questionou depois quais os riscos do processo em termos da universalidade e da igualdade da Educação e pediu que comentasse a matéria.

Pediu ainda uma avaliação sobre a relação entre os diretores das escolas e os municípios e se as escolas dos 15 municípios que celebraram contratos interadministrativos tinham tido benefícios em termos de recursos em relação às que não tinham celebrado contratos.

O Deputado Abel Baptista (CDS-PP) salientou que o processo de descentralização já vinha desde 1984, com a transferência para os municípios da gestão patrimonial das escolas do 1.º ciclo, com bons resultados, tendo referido que a descentralização era um processo a aprofundar e que a Educação devia ter em conta as questões locais.

Defendeu que não havia uma nova cadeia hierárquica e uma dupla tutela, a escola define as necessidades e o município disponibiliza a resposta com base no contrato, solicitando mais clarificação em relação à referência que tinha sido feita pelo Presidente do Conselho de Escolas em relação a esta questão. Por fim, questionou como via a contratação de pessoal para projetos específicos, tendo em conta as realidades locais.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) referiu que o PCP entendia que a descentralização atual não assegurava o preceito constitucional duma escola universal e gratuita, sendo as escolas esvaziadas de competências e gerando diferenciação nas mesmas, com assimetrias entre municípios.

Discordou depois da previsão inicial de benefício financeiro para a escola e para o município por cada professor a menos, referiu que o processo de descentralização representava uma desresponsabilização do Estado nas suas funções sociais, questionou a hipótese de 25% do currículo ser próprio e equacionou se os contratos no futuro poderiam incluir os professores.

Em resposta às questões colocadas e às observações feitas, o Presidente do Conselho das Escolas referiu que a autonomia da escola tinha de ser vista em todas as vertentes, indicou que a gestão do pessoal não docente parecia ter melhorado, sendo mais flexível e informou

que nalguns casos a dupla tutela gerava alguns conflitos. Salientou ainda que o sucesso dos contratos podia depender da relação pessoal entre o diretor da escola e o responsável da autarquia, não devendo estar dependente desse relacionamento. Indicou depois que o alargamento das atividades de enriquecimento curricular até ao 9.º ano podia ter alguns inconvenientes.

Por último, referiu que os aspetos mais positivos dos contratos que vinham sendo reportados eram a maior flexibilidade e disponibilidade do pessoal não docente (nalgumas autarquias já desde 2009) e a atribuição de mais pessoas, fazendo a autarquia mais facilmente a substituição de pessoal. Mencionou que com os contratos havia competências das escolas que tinham de ser partilhadas com as autarquias (não havendo tanto transferências de competências da administração central) e salientou que havia transferências diferentes nas escolas. Por último, defendeu a execução dos contratos até ao final e a avaliação do processo.

A Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho, fez uma resenha da evolução da descentralização, referindo como primeira realidade a transferência de competências a nível universal no 1.º ciclo (em relação a obras, refeições, etc), em 2009 a concretização de uma delegação em 90 municípios e com o Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, a celebração de contratos interadministrativos com 15 municípios, defendendo, por último, que o poder local é fundamental para a melhoria duma escola pública de qualidade, com limitação a nível pedagógico.

A gravação da audição está disponibilizada na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 16 de fevereiro de 2016

A assessora  
*Teresa Fernandes*